



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA Nº 87 - Aos quatorze dias do mês de abril de 2009, reuniram-se na sede do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, situado na Rua Artur Machado, nº 553 - Casa dos Conselhos, às 14:25 horas, os Conselheiros membros e convidados, para realização de mais uma reunião ordinária, a fim de se discutir a seguinte pauta: 1) abertura ; 2) Leitura da ata de nº 86; 3) aprovação do Plano de Ação 2009; 4) Plano de Trabalho 4.1 - Casa da Menina - Loide Eunice; 5) Informes 5.1 - Parecer da Comissão - Hospital Beneficência Portuguesa, 5.2 - parecer jurídico da SEDS - Banco de Alimentos, 5.3 - parecer dos conselheiros sobre o encontro em B.H VII COMASU, 5.3.1 - VII COMASU - Conferência Municipal (montar Comissão), 5.3.2 - Resolução nº 227/2009 - CEAS (MG); 6) 7) Pedido de renovação: 7.1 - Associação de Morada do Sol, 7.2 - Conselho de Participação e Integração da Comunidade Afro Brasileira, 7.3- Casa Lares, 7. 4 - SUPAM, 7.5 - Lar Fabiano de Cristo, 7.6 - Casa de Apoio Danielle, 7.7 - IMAD; 8) Encerramento. Após verificação de quorum, a reunião foi aberta pela Presidente do CMAS, Sr. Maria Thereza Rodrigues da Cunha, que justificou as ausências dos Conselheiros: Tadeu Luciano, Valéria , Maria Helena, Juliana, Mariângela e Claricinda. Sra Presidente iniciou agradecendo ao Conselheiro Sandro Rocha por ter disponibilizar os equipamentos de som e microfone para a realização desta plenária, o que facilitará os trabalhos, pois todos poderão ouvir o que será colocado em discussão. Em seguida, solicitou que a 1ª secretária do CMAS a leitura da ata nº 86, que colocada em regime de votação, foi aprovada por todos os conselheiros presentes. Logo após, a assessora jurídica da SEDS solicitou a Sra Presidente que acrescentasse á pauta de reunião a aprovação do Plano de Serviço ao Migrante, o que foi feito. O primeiro assunto abordado foi o plano de trabalho da Casa da Menina, que trata de uma casa de proteção para menores do sexo feminino, que se encontram em estado vulnerabilidade social, após terem passado por agressões físicas , abusos sexuais, dentro outras. Sra Presidente destacou que a estrutura física da entidade foi montada a partir do TAC- Termo de Ajustamento de Conduta, firmando entre o Município e a FCA, Segundo Sr. Maria Thereza , a estrutura física da entidade ficou parecida com abrigo e não com o aspecto de casa, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente. A construção e a distribuição dos cômodos não permitem privacidades ás menores. O presente plano de trabalho é para aumentar o muro dos fundos, que também é uma solicitação do Juizado de Menores, bem como ampliar a edificação, o que implicará no aumento do número de atendimento. A entidade já recebeu adolescentes de Delta e outras cidades da região. A intenção é dobrar o número de vagas com ampliação e a reforma propostas. A pedagoga Cláudia Cristina fez explanações sobre o referido plano e colocou que o valor é de R\$ 11.931,25/mês (valor para reforma, manutenção e custeio durante 01 ano). Em seqüência, foi da a palavra á Sra. Neusa, assistente social do Colégio Dr. José Ferreira, mantenedor da entidade em parceria com o município. A assistente social disse que a estrutura física hoje existente não oferece confortos á menores, tampouco privacidade. No Colégio Dr. José Ferreira são realizadas aulas de pintura, teatro, música e informática. Continuou dizendo que dizendo que as menores da Casa Loide Eunice possuem uma vivência de rua e tem dificuldade de aprendizado, porém os professores têm trabalhado muito para diminuir essa defasagem. Sra. Neusa colocou que existi uma parceria com a UNIUBE para atendimento de psicólogos, o que é feito em grupo é individualmente. Há dias da semana em que as menores auxiliam os professores do maternal como monitoras e há uma preocupação do Sr. Danival, diretor do Colégio, em inseri-las no mercado de trabalho. algumas são aproveitadas como auxiliares na gráfica, digitadoras, dentre outras funções. Sr. Danival enviou ao CMAS o Projeto contendo a ampliação, com a construção de mais quartos, banheiro e sala. A conselheira Elisa questionou se as famílias também são trabalhadoras, sendo respondido que sim. Sra. Neusa acrescentou que os conselheiros quiserem visitar o Colégio Dr. José Ferreira para saber e conhecer mais os

trabalhos com a Casa da Menina, as portas estão abertas, contudo, para visita á entidade somente com autorização judicial, tendo em vista que essas menores estão sobre proteção da justiça. Sra Presidente agradeceu o Colégio Dr. José Ferreira pela parceria e, em seguida, colocou o plano de trabalho em votação, o qual foi aprovados por todos os conselheiros presentes. Após, Sra Márcia Jerônimo fez uma apresentação sobre o Plano de Ação 2009, que é um instrumento SUAS/WEB e que todo ano tem ser apresentados aos conselheiros. Foram apresentadas orientações para preenchimento das informações da precisão de atendimento físico para 2009, sendo que o plano de ação deve ser encaminhado ao MDS, via internet. Quanto a proteção básica (portaria nº 442/05 e 434/08), Márcia destacou a realização da operacionalização do programa BPC na escola, serviço de proteção social básica às famílias serviços específicos de proteção e serviços sócio-educativos para jovens de 15 a 17 anos. Referente à proteção social especial (Portaria nº 440/05), foram apresentadas as ações sócio-educativas e de convivência para crianças e adolescentes em situação de trabalho, sendo destacado o piso variável de média complexidade. Após, Márcia falou sobre o CREAS – Serviço de Proteção Social, destinado a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias. Após, Márcia explanou sobre o CREAS- Serviços de Proteção Social Adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas, sendo destacado o piso fixo de média complexidade III. Também foram passadas informações sobre os serviços específicos de proteção social especial (Portaria nº 440/05 e 460/06). Márcia acrescentou que, no que tange à previsão de atendimento físico-financeiro, todos os valores são referentes aos repasses mensais efetuados fundo-a-fundo. Quanto ao piso básico de transição, não será apresentado o valor FNAS/mês, tendo em vista o processo de transição definido pela NOB SUAS/2005 e a necessária adequação dos serviços específicos de proteção social básica, que será regulada em 2009. Este valor poderá variar ao longo do exercício, que será regulada em 2009. Este valor poderá variar ao longo de exercício de 2009. O piso básico variável refere-se ao recurso transferido para o exercício 2009. O piso básico variável refere-se ao recurso transferido para a execução do serviço sócio-educativo do Projovem Adolescente. Os valores dos recursos são os seguintes: Recursos do Fundo Municipal –FMAS: R\$ 19.034.604,00 (Dezenove milhões trinta e quatro mil e seiscentos e quatro reais) e recursos do Fundo Estadual – FEAS- R\$ 64.580,00 (Sessenta e quatro mil e quinhentos e oitenta reais). Márcia salientou que os recursos serão repassados mês a mês. A Conselheira Mônica questionou se os repasses 2009 já começaram, sendo informado por Márcia que o acompanhamento pode ser feito pela “web”. Segundo ela, virão algumas normativas sobre o piso básico de transição e que os números são referenciados por técnicos da SEDS. Acrescentou que o plano vem pronto para o todos os municípios e os conselheiros tem que deliberar sobre a aprovação e isso depois gerará Resoluções do Conselho que aprovou o Plano. Sr. Antonio disse que nesse ano ficaram de ser incluídas outras entidades no Conselho, para melhorar representatividade. Márcia Jerônimo colocou que se trata de demanda reprimida e o questionamento é o que fazer com as entidades que não estão cadastradas. Segundo Márcia, através do CADE/SUAS várias entidades poderão ser cadastradas e através desse sistema poderá ser feita uma leitura real do Município. Colocado em votação do Plano de Ação 2009 foi aprovado por unanimidade. Dando seqüência, Sra. Presidente informou que Eide e Cristiano serão os representantes do segmento governamental na comissão para o monitoramento do SIM, juntamente com Neusa e Tadeu. Eide disse que o grupo se reuniu na presente data as 10:30, mas não foi possível enviar as informações pelo sistema, que estava inoperante, razão qual todos os dados foram encaminhados por email. A assessora jurídica da SEDS procedeu a leitura de alguns dados, digo de todos os dados solicitados pela Diretoria de Informação e Monitoramento das Ações da Política de Assistência Social (DIM) dentre os quais citamos: no mês de janeiro foram 305 acolhimento, com 190 concessões de passes em transportes rodoviários e ferroviários, 115 albergamentos temporários e R\$ 30.062,60 (Trinta mil e seiscentos e dois reais) gastos totais com o serviço no mês de fevereiro, foram 268 acolhimento, com 114 concessões de passe, 154 albergamento temporários e R\$ 26.575,93 (Vinte e seis mil e quinhentos e setenta e cinco reais e noventa e três centavos) gastos totais com serviço e no

mês de março foram 350 acolhimentos, com 188 concessões de passes em transporte rodoviários e ferroviários, 162 albergamentos temporários e R\$ 29.332,09 (Vinte e nove trezentos e trinta e dois mil e nove centavos) gastos totais com o serviço. Eide disse que ainda não houve retorno após o envio das informações e que o CMAS precisa validá-las. Sra Presidente lembrou que a comissão trará informações de forma simplificada para o CMAS. Colocado em votação, houve aprovação por unanimidade sendo as informações validadas pelos conselheiros. Sra. Maria Thereza solicitou aos conselheiros permissão para o inversão da pauta a fim de que os pedidos de inscrição e renovação fossem analisados primeiro, pois alguns representantes de entidades teriam que se ausentar, o que foi feito após o consentimento de todos os conselheiros presentes. Quanto ao Centro de Reabilitação do Dependente Químico Novo Horizonte, foi informado que a Instituição ainda não apresentou a documentação ao COMAD, ficando novamente o pedido suspenso. No que se refere as Instituições Casa de Recuperação Juntos Podemos e Instituto Vida, Sra Presidente alegou que não foi possível a realização da visita técnica, para a elaboração dos pareceres, uma vez que as assistentes sociais da SEDS estão realizando o cadastro das famílias que ocuparam as áreas situadas atrás do aeroporto. Em seguida, foi colocado em discussão o pedido de inscrição do Centro Espírita Uberabense, que não foi votado na última plenária por ausência de quorum. Sr. Márcio Arduini, representante da Entidade, explanou sobre as atividades sociais desenvolvidas pelo Centro, dentre as quais, tem-se a distribuição de alimento, a doação de enxovais, as aulas de evangelização, a disponibilização de livros pela biblioteca da Entidade, o ambulatório no qual são realizadas atendimentos fitoterápicos e os cursos de bordados. Colocado em votação, o pedido foi aprovado por todos os conselheiros presentes. Logo após, foram discutidos os pedidos de renovação. As entidades Casas Lares, SUPAM, Lar Fabiano de Cristo, Casa de Apoio Danielle e IMAD tiveram pareceres técnicos favoráveis e segundo pedagoga Cláudia Cristina ficou comprovado que todas exercem ação social continuada. Colocados em votação, houve aprovação de todos os conselheiros presentes. Com referência a Associação de Moradores Morada do Sol, foi colocado que existe um parecer diferenciado. No parecer técnico, a assistente social menciona que a entidade não promove ações voltadas para inclusão social. Sr. Antonio, representante da entidade, disse que a colocação da técnica da SEDS depende do ponto de vista. Segundo ele, seria viável uma visita dos conselheiros para que pudessem constatar que lá que lá são desenvolvidas atividades sociais. Sr. Antônio explanou sobre todas as ações de entidade e frisou que no dia em que a assistente social fez a visita às estavam sem professor porque o contrato da mesma havia encerrado. Destacou ainda que, pretende fazer a inclusão digital da 3ª idade, a partir da aquisição de computadores. Sr. Antônio colocou que a ginástica orientada que é oferecida pela instituição integra a família toda, porque enquanto a avó e a mãe estão fazendo atividades físicas, os filhos estão sendo monitorados pelos profissionais do PROETI, ou seja, há integração e inclusão social sim. A conselheira Elisa questiona quais são os critérios para inscrição, pois agora estamos discutindo uma renovação, ou seja, a entidade já está inscrita. O conselheiro Claiton questiona que se a Associação de Moradores participar do Conselho como membro, porque não poderia estar inscrita. Sr. Antônio colocou que com a visita dos conselheiros se perceberá que a entidade desenvolve assistência social. Cristiano Boaventura sugeriu que seja montada uma comissão para visita e análise dos documentos da entidade em questão. Acatada a sugestão por todos, a comissão ficou assim constituída. Cristina e Sandro Rocha, representando o segmento governamental e Claiton e Neusa representando a sociedade civil. Gicele Gomes disse que enviará e-mail com telefones dos conselheiros para agendamento de visita. Em seqüência, os conselheiros abordaram o pedido de renovação do Conselho de Participação e Integração da Comunidade AFRO BRASILEIRA, estando presente o Sr. Evaldo Cardoso, Presidente da entidade. Sra Presidente leu a carta apresentada pelo Conselho AFRO que apresenta documentos relativos a doação de alimentos, compra produtos de limpeza e notas fiscais que compravam a realização de festas. Sr. Evaldo disse entender que as Festas de 13 de maio e Nossa Senhora do Rosário são ações culturais e Sociais. Acrescentou que a pretensão que seja construída a sede a entidade no Bairro Elza Amui, para que cursos sejam

ministrados. O conselheiro Claiton afirma que não vê ação social nas ações hoje desenvolvidas pelo do Conselho de Participação AFRO BRASILEIRA. Sra. Neusa Venceslau entende que os Centro Espíritas, Conselhos AFRO e terreiros de Umbanda devem ser normatizados por Decreto. Sandro Rocha sugeriu que os conselheiros se reúnam para discutir o que é realmente atividade de assistência social. Eide colocou que na fala do Sr. Evaldo há uma intenção de assistência social apenas e que entende que quando essa assistência se iniciasse efetivamente é que o pedido deveria ser requerido. Sr. Evaldo disse que não se trata de intenção mas retomada dos cursos. Sra Neusa questionou onde esses cursos anteriormente eram ministrados, sendo informado por Sr. Evaldo que era utilizado espaço do Elite Clube, CENEG e salas alugadas. Sr. Evaldo acrescentou que entende que retirar crianças da ruas e levar aos terreiros de congado é uma ação social. A conselheira Elisa sugeriu que fosse alugado um espaço para desenvolver atividades, até a sede ser construída. Sr. Evaldo disse que a entidade recebeu duas verbas federais, através da emenda do Deputado Paulo Piau, sendo que a primeira já está em caixa e é no valor de R\$ 300.000,00. Segundo ele para receber a segunda verba, faz-se necessária da renovação da inscrição. A conselheira Neusa Venceslau questiona ao representante do Conselho AFRO, de qual ministério a verbas era proveniente, sendo respondido que se tratava dos Ministérios da Cultura e do Esporte. Eide entende que essas informações devem ser checadas com a Sr. Silvana Elias e sobre o projeto, a fim de se que se possa saber se esses Ministérios exigem que sejam entidades de assistência social para o recebimento das verbas. Foram feitas três propostas: 1) Aprovar ; 2) Reprovar; 3) suspender análise até o levantamento de dados e documentos.Sr. Evaldo disse que gostaria que os conselheiros votassem pelo sim ou pelo não. Neusa Venceslau disse que não dá para aprovar e reprovar um pedido sem dados concretos e que o voto tem que ser consciente. Sra Presidente colocou que essa questão tem que ser melhor trabalhada e que ação social continuada não está clara nessa entidade. Colocados em votação as propostas, todos concordaram em suspender a análise, conforme a proposta nº 3. A pedagoga Claudia Cristina se dispôs a juntar a documentação para próxima plenária. Em virtude do fator tempo, Sra Presidente solicitou á plenária o item 5 - informes da pauta fosse discutido na próxima reunião,já ficando agendada reunião extraordinária para o próximo dia 23/04 (quinta-feira). Sr. Maria Thereza ressaltou que as reuniões do CMAS passarão a ser realizadas na segunda terça-feira de cada mês. Nada mais havendo relatar, a reunião foi encerrada ás 17:15 horas, sendo a presente ata lavrada por mim, Cristiana Silva , 1ª Secretária do CMAS, que após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes. Em tempo : Sr. Antônio solicitou que seja suprimida sua fala quanto á inclusão de entidades no conselho para aumentar a representatividade, por não ter sido a intenção da sua fala na ocasião.Maria Theresa Rodrigues da Cunha, Eide Susana,Ione Ribeiro,Cristiano Boaventura,Elisa Maria, Marlene Aparecida Zangueta Alvarez,Luis Guilherme Gomes Ocellana Hurtado, Cristiana da Silva,Romilda Quintina Barbosa, Sandro Roberto Rocha, Claiton Antônio Alves, Antônio Estáquio Pereira, Andréia Cristina Rodrigues, Mônica Beatriz Ventura de Menezes, Neusa Maria Kople Wesceslau, Maria Emerenciana Costa Cardoso.